INSS 1516-344x

URBI ET ORBI

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Rev. IGHB, v. 117, jan./dez. 2022

INSS 1516-344x

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

Rev. IGHB, Salvador, v. 117, jan./dez. 2022

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

DIRETORIA IGHB | 2022 – 2023

Presidente de Honra	Eduardo Morais de Castro
Presidente	Joaci Fonseca de Góes
1º Vice-presidente	Aramis de Almada Ribeiro Costa
2º Vice-presidente	Luiz Ovídio Fisher
3º Vice-presidente	Newton Cleyde Alves Peixoto
Secretário Geral	Rozendo Ferreira Neto
Secretário Adjunto	Ricardo Maurício Nogueira e Silva
Diretora Financeira	Maria Constança Carneiro Galvão
Diretor Financeiro Adjunto	Jorge Luiz Ramos
Orador Oficial	José Nilton Carvalho Pereira
Diretor de Publicações	Sérgio Augusto Soares Mattos
Diretor de Biblioteca	Luiz Américo Lisboa Junior
Diretora do Arquivo Histórico	Zita Magalhães Alves
Diretoria Suplente	Antônio Menezes do Nascimento Filho
	Sérgio Emílio Schlang Alves
	Raul Affonso Nogueira Chaves Filho
Conselho Fiscal	Sudário de Aguiar Cunha
	Wellington do Carmo Cruz
	Luislinda Dias de Valois Santos

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO DA BAHIA

Rev. IGHB, v. 117, jan./dez. 2022

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

Conselho Editorial Internacional

Miguel Monteiro
Academia Portuguesa de História e Universidade de Lisboa – Portugal

Antonella Rita Roscilli
Escritora e jornalista – Itália

Berthold Zilly
Instituto Latinoamericano de Freie Universitat Berlin – Alemanha

Carlos Tasso Saxe-Coburgo e Bragança
Academia Portuguesa da História – Portugal

Edmundo Anibal Herédia
Universidade Nacional de Córdoba – Argentina

Hendrik Kraay
Universidade de Calgary – Canadá

Marcos de Noronha da Costa
Academia Portuguesa da História – Portugal

Stuart Schwartz
Yale Univertsity – Estados Unidos

Conselho Editorial Nacional

Adinoel Mota Maia
Gabinete Português de Leitura-Bahia

Arno Wehling
Academia Brasileira de Letra

Carlos Humberto Pederneiras Corrêa
Instituto Geográfico e Histórico de Santa Catarina

José Carlos Bastos Sant Anna
Universidade Federal da Bahia

José Ibarê Dantas
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Maria Tereza Navarro Britto Matos
Universidade Federal da Bahia

Zilma Parente de Barros
Universidade Federal da Bahia

Sérgio Augusto Soares Mattos
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

© 2022 Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB

É permitida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica, resumida ou modificada, em língua portuguesa ou qualquer outro idioma, desde que seja indicada a fonte.

Ficha Técnica

Coordenação Editorial	Sérgio Augusto Soares Mattos
Assistente Editorial	José Carlos Bastos Sant Anna
Projeto Gráfico	Sidnei Silva e George Luis Cruz Silva
Reevisão de Linguagem	Sérgio Augusto Soares Mattos José Carlos Bastos Sant´Anna
Paginação eletrônica	Helga Vieira Sant Anna

Endereço para envio de artigos: diretoria.publicaçao@ighb.org.br

Indexada em / Indexed in:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml – Plataforma Sucupira

O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade dos autores

Ficha Catalográfica

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1894 –

V.; il; 25cm.

Anual

v. 117 (jan./dez., 2022), 464p

ISSN 1516-344X.

1. Bahia - História 2. História e Religião. 4. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia - Discursos, ensaios e palestras.

CDU:94(813.8)

REVISTA DO INSTITUO GEOGRAFICO E HISTÓRICO DA BAHIA - IGHB

Avenida Joana Angélica, 43 - Piedade 40050-001 – Salvador – BA – Brasil

Telefone (71)3329-4463 | (71)3329-6336 | diretoria.publicacao@ighn.org.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

O BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E DA BAHIA E OUTROS RESGATES HISTÓRICOS 13

Sérgio Augusto Soares Mattos

ARTIGOS

EM SINTONIA COM A HISTÓRIA 21

Joaci Góes

O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: DA CHEGADA DA FAMÍLIA REAL AO SEU RECONHECIMENTO (1808-1825) 29

Luiz Americo Lisboa Junior

A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DA BAHIA COMEÇOU EM CACHOEIRA HÁ 200 ANOS 55

Sérgio Mattos

PERSONIFICAÇÃO ATUAL SOBRE JOANAANGELICA E CONVENTO DA LAPA-BA 63

Antonia da Silva Santos

PRECURSORES ICONOGRÁFICOS DAS ESCULTURAS DO CABOCLO DO DOIS DE JULHO 85

Claudio Rafael Almeida de Souza

O PLANO DA CIDADE DE BAHIA NO BRASIL: UM MAPA INÉDITO DE SALVADOR DURANTE A OCUPAÇÃO HOLANDESA (1624) 111

Pablo A. Iglesias Magalhães
Lucia F. Werneck Xavier

A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E DE TRÊS MUSEUS UNIVERSITÁRIOS 141

Ednaldo Soares

APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DO TEATRO CASTRO ALVES 173

Aramis Ribeiro Costa

A VIRTUDE ARISTOTÉLICA NA PEDAGOGIA DE ERNESTO CARNEIRO RIBEIRO E SEU LUGAR NA CONTEMPORANEIDADE 203

Jayme Augusto Ribeiro de Oliveira Matos

O PRÍNCIPE ITALIANO UMBERTO DI SAVOIA E SUAS VISITAS NA BAHIA EM 1924 231

Antonella Rita Roscilli

BAHIA VAI COMEMORAR CENTENÁRIO DE MORTE DE RUY BARBOSA 259

Sérgio Mattos

DOUTOR CLÍMACO, O IRMÃ0 MAIS VELHO DE RUY BARBOSA 273

Luis Guilherme Pontes Tavares1

RÁDIO NO BRASIL – UM MEIO CENTENÁRIO 281

Nair Prata

O CENTENÁRIO DA CAIXA FALANTE 307

Nelson Varón Cadena

HOMENAGEM

ÉDISON CARNEIRO: VALORIZAÇÃO DAS RAÍZES 331

Biaggio Talento

ÉDISON CARNEIRO NO ACERVO DE RUTH LANDES 345

Jamie Lee Andreson

ÉDISON CARNEIRO E O CEAO: EM TORNO DE ALGUMAS RELAÇÕES POSSÍVEIS E IMAGINÁVEIS 383

Cláudio Luiz Pereira

RELATÓRIO, BIBLIOTECA, ARQUIVO

RELATÓRIO DA BIBLIOTECA RUY BARBOSA 419

Luis Américo Lisboa Junior
Fernanda Mota de Oliveira

AGENDA IGHB

AGENDA CULTURAL NOS 128 ANOS DE FUNDAÇÃO DO IGHB 423

Cleide Nunes

RELAÇÃO DE ASSOCIADOS

ASSOCIADOS DO IGHB 441

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA 453

O PLANO DA CIDADE DE BAHIA NO BRASIL: UM MAPA INÉDITO DE SALVADOR DURANTE A OCUPAÇÃO HOLANDESA (1624)

Pablo A. Iglesias Magalhães[1]
Lucia F. Werneck Xavier[2]

Resumo

O presente texto tem por objetivo analisar a carta geográfica ***Gront teijckeninge van de stadt BAHIA in Brasilien*** (***Plano da Cidade da Bahia no Brasil***), resultado das pesquisas do engenheiro militar Joos Coeck, que apresenta uma descrição detalhada da ocupação neerlandesa e dos trabalhos de fortificação na cidade da Bahia em 1624. Está encadernado com outros 79 desenhos, com representações de cidades e fortificações europeias, que utilizam sistemas defensivos baseados em engenharia hidráulica. Por meio

---

[1] Professor Associado de História do Brasil e Vice-Diretor do Centro das Humanidades na Universidade Federal do Oeste da Bahia. Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia, com a tese A Igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624-1654). Docente efetivo no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanidades (PPGCHS / UFOB) e no Programa de Pós-Graduação em História, na Universidade Federal de Sergipe (PROHIS / UFS). Pesquisador colaborador do BRASILHIS (Universidad de Salamanca / Espanha), do projeto POMBALIA (Portugal), da Comissão Científica da Cátedra Marquês de Pombal (UFS), da Cátedra UNESCO-UFMG/DRI Territorialidades e Humanidades: a Globalização das Luzes.

[2] Dra. Lucia Furquim Werneck Xavier; Doutora em Arqueologia pela Universidade de Leiden e mestre em História Social Universidade Erasmus Rotterdam. Pesquisadora Associada Modus Scribendis CNPq – UFBA e pesquisadora Associada Laboratório de Humanidades Digitais USP. Os autores agradecem ao engenheiro Artur Watt Filho pela leitura e considerações.

do mapa, cotejado com manuscritos holandeses inéditos, *National Archief*, em Haia, foi possível compreender melhor o desenvolvimento da malha urbana da cidade da Bahia no século XVII.

Palavras-chave: Invasão holandesa; sistema defensivo; obras hidráulicas.

ABSTRACT:

The present text aims to analyze the geographical map Grontteijckeninge van de stadt BAHIA in Brasilien (Plano da Cidade da Bahia no Brasil), the result of research by military engineer Joos Coeck, which presents a detailed description of the Dutch occupation and the works of fortification in the city of Bahia in 1624. It is bound with another 79 drawings, with representations of European cities and fortifications, which use defensive systems based on hydraulic engineering. Through the map, compared with unpublished Dutch manuscripts, NationalArchief, in The Hague, it was possible to better understand the development of the urban fabric of the city of Bahia in the 17th century.

Key words: Dutch invasion; defensive system; hydraulic works

PRÓLOGO

O presente estudo teve início na tarde de 9 de março de 2022, quando o empresário e bibliófilo Frank Geyer Abubakir nos contactou buscando melhor entendimento sobre um mapa de Salvador, inserido em um atlas seiscentista, adquirido, após duas décadas de negociações, junto ao livreiro holandês Laurens Hesselink. No catálogo do referido

livreiro o mapa aqui em destaque constava como elaborado no ano de 1629. A analise paleográfica da reprodução digital, porém, logo revelou que a carta geográfica data de 1624, quando a Companhia das Índias Ocidentais atacou e conquistou Cidade da Bahia, então capital do Brasil.

Após o contato inicial, em 13 de março, na sede do IFA, foi realizada uma reunião com Abubakir e sua equipe[3], formalizou-se o convite para que a historiadora Dra. Lucia Furquim Werneck Xavier ingressasse no projeto de pesquisa, já que as cartas do atlas estão em holandês antigo. Igualmente, conclui-se ser necessária a análise codicológica in loco do material.[4] Para tal, foi necessário deslocar-se até a Suíça, onde o atlas se encontra. Ressalta-se que nas fontes conhecidas sobre o período, não se localizou qualquer informação sobre o mapa de 1624 ou sobre seu autor, grafado na legenda como capitão "Goos Coecke". Reestabelecer a lídima identidade do autor, bem como de outros personagens registrados no mapa, foi outro desafio para os autores. Não há referência ao Plano em nenhum atlas conhecido, nem mesmo no Grote Atlas van de West-Indische Compagnie, obra que compila a produção cartográfica da WIC.[5]

A viagem iniciou-se em 6 de junho, sendo Amsterdam o primeiro

---

[3] Fazem parte desta equipe Ângela Ferreira, atual dirigente do Instituto Flávia Abubakir (IFA), Anibal Gondim e Simone Trindade, diretores do Tecnomuseu.

[4] Para a importância da análise codicológica ver MONTE, V. M. do. Uma descrição codicológica: documentos setecentistas. Filologia e Linguística Portuguesa, v. 10-11, n. 0, p. 103, 2 jun. 2009.

[5] BROMMER, Bea; HEIJER, H. Den. Grote Atlas van de West-Indische Compagnie; Comprehensive Atlas of the Dutch West India Company, Vol. I e II.

destino para começar a busca por pistas sobre o mapa em arquivos na Holanda, notadamente o Nationaal Archief, em Haia. A pesquisa foi gratificante, em razão de encontramos documentos sobre a conquista da Bahia que não foram conhecidos por Francisco Adolfo de Varnhagen (1871) Herman Julius Wätjen (1920), José Antonio Gonsalves de Mello (1947), Charles Ralph Boxer (1957) e Benjamin Nicolas Teensma. Caiu a primeira lenda: a de que não havia documentos sobre a conquista e ocupação da Cidade da Bahia pela WIC entre 1624 e 1625. O segundo desafio, não menos importante, foi identificar autoridades históricas mencionadas no mapa e nos demais desenhos que formam o atlas.

Com informações iniciais recolhidas em velhos códices da Companhia das Índias Ocidentais, a 11 de junho teve início a viagem dos autores para os alpes, onde todo o atlas foi examinado durante 9 dias. A investigação da materialidade do códice (livro manuscrito) buscou identificar características particulares, que estabelecem a autenticidade e contemplam ainda os itens de segurança, como por exemplo marcas de proveniência / provas de propriedade, que oferecem informações positivas acerca do conjunto. Também foi investigado as condições de produção e a trajetória do documento, até o presente.

O atlas examinado é um fólio maior (42,5 × 29,5 cm), contendo 80 mapas e planos manuscritos, 75 páginas duplas (2 com uma aba dobrada), 4 dobras maiores (incluindo 3 montadas a partir de 1 1/2 folhas), e 1 também de duas páginas em tamanho, mas montado a partir de 2 folhas menores. A maioria inclui uma escala e 71 são

coloridas, a maior parte em guaches opacas. Eles mostram planos de fortificações e cidades nas Províncias Unidas (51), Alemanha (16), Itália (3), França (4), Polônia (2), Bélgica (2), Malta (1) e Brasil (1). O atlas foi encadernado, possivelmente no início do século XVIII, em pele de ovelha. O Plano da Cidade da Bahia em 1624 é a único na coleção que representa local fora da Europa. A análise codicológica do atlas ultrapassa, contudo, os limites dessas linhas e por essa razão apenas a planta de Salvador será contemplada no presente estudo.

O Plano da Cidade da Bahia no Brasil traz a indicação de que foi elaborado em 16 de novembro de 1624, que assinala sua produção durante o período da ocupação neerlandesa da Bahia, compreendido entre 9 de maio de 1624 e 1 de maio d 1625. O traçado foi executado pelo engenheiro militar Joos Coecke.

As informações constantes no Plano da Cidade da Bahia no Brasil exigiram, não obstante, comprovação arquivística, na medida em que apresenta personagens e informações inéditas acerca da presença neerlandesa em Salvador. O códice (livro manuscrito) é seguramente anterior a 1630, conforme o exame das diversas marcas d'água presente nos 80 desenhos, produzidos entre 1612 e 1628.

No retorno para o arquivo m Haia, mais documentos inéditos sobre a ocupação da Bahia foram localizados, incluindo um testemunho em três fólios assinado pelo engenheiro Joos Coecke, o próprio autor do Plano da Cidade da Bahia no Brasil, descrevendo as defesas da cidade. Esse documento foi essencial para comprovar a autoria do mapa.

Até o presente, a historiografia sobre a ocupação holandesa estava

limitada aos registros luso-espanhóis e cronistas daquele período. Pela primeira vez, um conjunto substancial de registros militares neerlandeses foram localizados e começam a revelar detalhes sobre a ocupação holandesa da Cidade da Bahia.

O MAPA DO ENGENHEIRO MILITAR JOOS COECKE (1624)

O primeiro grande empreendimento da Companhia das Índias Ocidentais (WIC), empresa estabelecida nas Províncias Unidas em 1621, foi o envio de uma frota com 26 navios em dezembro de 1623, sob comando do almirante Jacob Willekens e do vice-almirante Pieter Pietersz Heyn, com o objetivo de conquistar a Cidade da Bahia e o sistema produtor de açúcar do Recôncavo baiano.

Em 30 de agosto de 1624, Albert Coenraats Burg e Rombout Jacobsen, dois importantes diretores da WIC entregaram uma carta aos Estados Gerais — órgão executivo das Províncias Unidas — na qual fazem um resumo de diversas correspondências recebidas de Salvador. Encaminham então um mapa. No documento original: "uuyt de nevens agende caerte te sien is", que em português é "como é possível ver no mapa em anexo".[6] Sabemos, assim, que foram elaborados mapas para notificar as autoridades nas Províncias Unidas.[7]

---

[6] Arquivo Nacional na Haia, coleção Estados Gerais, número de chamada 1.01.02, inventário 5751A, imagem 201. NL-HaNA_1.01.02_5751A_0201. Carta de Albert Coenraadts Burg e Rombout Jacobsen para os Estados Gerais, 30 de agosto de 1624.

[7] Para outro mapa coevo de Salvador em 1624, ver: HONDIUS, Henry. Aenwysinge van de Stadt Salvador, ende de Baya de todos los Santos . . . dese Stadt Salvador, ende baye van todos los Santos, syn naer de orginale caerte op

O episódio da tomada da Bahia em 1624, diferente da Restauração luso-espanhola que foi amplamente divulgada, foi caracterizada pela natureza restrita da produção e circulação dos seus registros. O acesso as informações eram franqueadas apenas aos indivíduos que ocupavam cargos estratégicos na direção da Companhia das Índias, dos Estados Gerais e do comando militar. Compreensível em circunstância de guerra, onde o acesso às informações precisas determinava os rumos do conflito militar. Isso dificultou que os historiadores, à exemplo de Francisco Adolfo de Varnhagen (1871) e Charles Ralph Boxer (1957), progredissem com segurança arquivística na compreensão do que representou a ocupação da Bahia em 1624, que, por essa razão, ficou reduzido nos seus respectivos estudos.

Encontrar o **Plano da Cidade da Bahia no Brasil** expande o horizonte das pesquisas sobre 1624, trazendo novos elementos sobre personagens desconhecidos e a produção de informações naquele período. A tradução da legenda inicial do mapa apresentou um obscuro personagem, não registrado pela historiografia: o capitão e engenheiro militar Joos Coecke. Ainda de acordo com a legenda, ele foi o responsável pelos estudos para fortificar a cidade:

> Como a cidade está sendo fortificada a seu favor por ordem do Senhor Johan van Dort, Coronel e senhor Coronel Albert Schoutens, pesquisada e mapeada pelo mestre **Goos Coecke**, engenheiro à serviço dos Diretores

---

de iuste mate verdeen. 't Amsterdam por Claes J. Visscher en Hessel Gerritsz. Abaixo está um texto em três colunas: "Beschryvinghe Van't in-nemen van de Stadt Salvador in Brasil, door den E. Admirael lacob Willekes".

> da Concessionaria Companhia das Índias Ocidentais. Concluído e medido de acordo com a medida padrão em 16 de novembro de 1624.[8]

O **Plano da Cidade da Bahia no Brasil**, é a representação cartográfica dos trabalhos de engenharia de Joos Coecke.[9] Além da historiografia, até o presente, o nome desse engenheiro militar também estava ausente de todos as bases cartográficas e atlas neerlandeses. A pesquisa em arquivo era condição para assegurar as informações inéditas registradas no mapa de 1624.

A pesquisa sistemática em arquivos neerlandeses apresentou bons resultados e permitem recuperar parte da trajetória de Joos Coecke. Em seu testemunho de 21 de novembro de 1625, em que prestou depoimento perante o Alto Conselho Militar na Holanda, afirma ser de 37 anos de idade, o que coloca a sua data de nascimento por volta de 1588. Afirma também ser natural de Bel, em Flandres.[10] Esse testemunho alinha-se ao mapa, revelando que Joos Coeck estivera na Cidade da Bahia durante a ocupação neerlandesa. Pouco se conhece

---

8 Instituto Flávia Abubakir. Atlas Seiscentista, Carta 28, *Gront teijckeninge van de stadt BAHIA in Brasilien.* Tradução de Pablo Magalhães e Lucia Xavier.

9 Foram localizadas diversas grafias para o nome e sobrenome do engenheiro militar: Ioos, Goos, Ian, Coeck, Couck. Coucke Os autores mantiveram a grafia conforme sua assinatura: Joos Coecke. Ressalta-se que, no idioma holandês, muitas vezes o nome Ian (Jan) é diminutivo de Johannes ou Joannes. Uma outra grafia recorrente era Joes, que foneticamente pode ser lido como Joos.

10 Arquivo Nacional em Haia, coleção Alto Conselho Militar e Conselhos da Marinha, número de chamada 1.01.45, inventário 251, fols. 287 – 288. Destaca-se que os documentos não estão foliados, e que a indicação dos números dos fólios é dos autores desse relatório técnico.

dele antes de 1624. Encontramos o Capitão I[oos]. Coeck em 1617, na cidade de Oudewater.[11] Até o presente não se identificou quando retornou de Salvador aos Países Baixos. Sabemos um pouco mais sobre sua estadia no Recife após 1630. Em carta de 3 de outubro de 1631, afirma que chegou ao Recife em 11 de março de 1629, antes mesmo da tomara de Pernambuco.[12] Seis anos depois, em 1637, retornaria para Arguin na África como comandante de uma expedição. Essa mesma fonte revela que Coeck já servia da África por três anos.[13] Por fim, após a expedição de Coeck para a África, ainda foi possível encontrar documentos assinados pelo referido engenheiro que retornara para Amsterdam. De sua vida pessoal sabemos apenas que tinha dois filhos.[14]

Apesar do silêncio sobre Joos Coecke nas bases cartográficas

---

[11] LYDIUS, Johannes Martini. Historisch verhael, vande voorneemste swaricheden, verschillen en procedeuren, so wel in kerckelijkcke als politijcke saken, dry jaren herwaerts voorghevallen binnen de stadt Ovdevvater.. T'Amsterdam: Cloppenburgh, Jan Evertsz, 1618.

[12] Carta de Joos Coucke, no Recife, para os Diretores da Câmara da Zeelândia da WIC, de 3 de outubro de 1631. Arquivo Nacional na Haia, coleção Velha Companhia das Índias Ocidentais, número de chamada 1.05.01.01, inventário 49, documento 106. Para a citação, fol. 66. No original: "(...) dat ick hier gecommen bem den 11 maerte 1629 (...)". Em português: "(…) eu cheguei aqui em 11 de março de 1629 (...)". NL-HaNA_1.05.01.01_49_106_0009

[13] GROESEN, Michiel van; POLLMANN, Judith; COOLS, Hans. Het gelijk van de Gouden Eeuw: Recht, onrecht en reputatie in de vroegmoderne Nederlanden. Hilversum: Verloren, 2014, p. 62-71: "Joos Coeck, que retornou a Arguin como comandante em março de 1637, havia adquirido experiência pessoal com a alfândega local três anos antes".

[14] Carta de Joos Coucke, em Itamaracá, para os diretores da Câmara da Zeelândia, 15 de maio de 1631. Arquivo Nacional na Haia, coleção Velha Companhia das Índias Ocidentais, número de chamada 1.05.01.01, inventário 49, documento 153. O documento não está foliado. NL-HaNA_1.05.01.01_49_153_0007

e biográficas[15], cronistas neerlandeses seiscentistas discretamente, contudo, assinalaram a existência de um "engenheiro Coeck". O primeiro foi Johannes Martini Lydius (1577-1643) "(...) igualmente escrevemos ao Capitão Ian Coecke para que fornecesse [os soldados] da melhor maneira possível (...)".[16] O segundo foi o historiador Nicolaas Jansz van Wassenaar que, em 1633, confirmou existir "Coeck Capiteyn ende Ingenieur".[17] O bem-informado Johannes de Laet, um dos diretores da Companhia das Índias Ocidentais, [18]

---

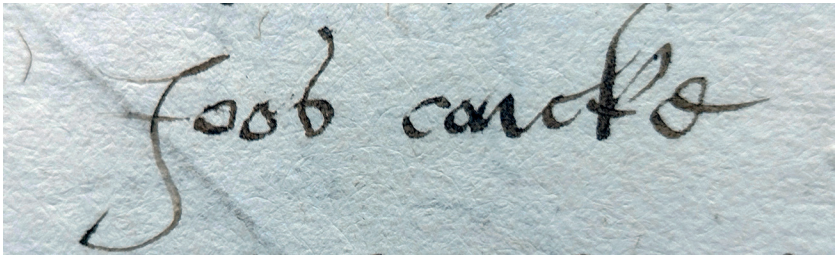
[15] JONG, Elke de. Repertorium van Nederlandse kaartmakers (1500-1900) samengesteld door Marijke Donkersloot-de Vrij. Utrecht: 2003. Não há indicação de Coecke no estudo aqui referido. thttp://www.maphist.nl/Repertorium_van_Nederlandse_kaartmakers.pdf

[16] LYDIUS, Johannes Martini. Historisch verhael, vande voorneemste swaricheden, verschillen en procedeuren, so wel in kerckelijcke als politijcke saken, dry jaren herwaerts voorghevallen binnen de stadt Ovdevvater: wtghegheven by de kerckeraet aldaer, ende eenighe vande magistraten. T'Amsterdam: Cloppenburgh, Jan Evertsz, 1618p. https://lib.ugent.be/en/catalog/ggc01:411668161

[17] WASSENAAR, Nicolaas Jansz van. Historisch verhael alder ghedenckweerdichste geschiedenisse, Amsterdam, 1633, Vol. 7, p. 173.

[18] LAET, Johannes de. Historie ofte iaerlijck verhael van de verrichtinghen der geoctroyeerde West-Indische Compagnie, zedert haer begin, tot het eynde van 't jaer sesthien-hondert ses-en-dertich; begrepen in derthien boecken, ende met verscheyden koperen platen verciert. Tot Leyden: by Bonaventuer ende Abraham Elsevier, 1644.

Fig. 1 – Arquivo Nacional em Haia, coleção Alto Conselho Militar e Conselhos da Marinha, número de chamada 1.01.45, inventário 251, fl. 288



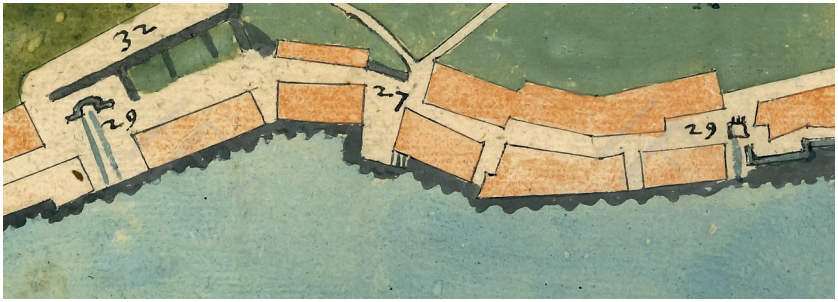
Após a expedição de Coecke para a África, foi possível encontrar documentos assinados pelo referido engenheiro, que retornara para Amsterdam, onde se encontrava em junho de 1640.[19]

Fig. 2 – Gront teijckeninge van de stadt BAHIA in Brasilien. Propriedade de Flávia e Frank Abubakir, em comodato ao Instituto Flávia Abubakir.

[19] Amsterdam City Archives, Notariele archieven, n. 146717, fl. 203. Amsterdam, 26 de junho de 1640.

Além do dique, o **Plano** tem a particularidade de indicar, com precisão, a localização das fontes na urbe, elemento estratégico para o abastecimento e bom funcionamento das cidades. Notável foi o cuidado de Coecke em registrar parte do sistema hídrico da cidade. Os mapas seiscentistas portugueses da Cidade da Bahia silenciam sobre isso.

Fig. 3 – Detalhe das fontes



Nele também está registrado, em detalhes, todo o projeto defensivo da cidade. Isso exige, contudo, maior tempo de pesquisa para compreender as informações registradas no documento.

A ocupação militar neerlandesa da Cidade da Bahia findou após um ano, no qual os invasores estiveram constantemente sitiados pelas milicias da terra e guerreiros indígenas dos aldeamentos jesuíticos.

Ainda sem ter conhecimento da retomada Bahia pela armada luso-espanhola, em 19 de junho de 1625, um dos diretores da Câmara de Amsterdam enviou uma carta para os Estados Gerais. O nome do remetente não foi identificado por se tratar de uma assinatura, mas a missiva informa que, em março de 1625, alguns navios não nomeados chegaram da Bahia e trouxeram várias correspondências de lá. A

carta resume tal correspondência. Segundo a mesma, em dezembro de 1624, em Salvador:

> (...) havia cerca de 1600 soldados, dentre esses uma companhia de negros, cerca de 550 marinheiros e também 12 navios bem equipados e prepararam 3 navios de fogo, para usar contra os espanhóis. A cidade estava bem fortificada com valas e bastiões e bem provida de armamento e munição. No lado norte havia uma bateria muito forte com 10 canhões; no lado sul encontram-se 10 canhões, 21 canhões perto da igreja que atiram ao longo dos barrancos. Em volta da cidade há mais de 60 canhões e diariamente se ocupam com fortificações. **A água em torno da cidade tem 2 varas de profundidade** e está fechada com um dique que o inimigo não tem como destruir, pois, está protegido por entrincheiramentos e por cercas. Na plataforma sobre a água há 12 canhões; é feita de madeira e pedra natural e o parapeito é de tijolo de cerâmica da Frísia (...)"[20]

A "água em torno da cidade", com 2 varas[21] de profundidade, é o próprio dique construído pelos holandeses, sobre o qual existe

[20] Carta para os Estados Gerais de 19 de junho de 1625. Arquivo Nacional na Haia, coleção Estados Gerais, número de chamada 1.01.02, inventário 5751A, imagem 357 e 358. Os documentos não estão numerados nem foliados no códice. No original temos "hart steen ende vriesche steen". A primeira é uma expressão para designar pedras naturais, muito mais resistentes. "Vriesche steen" é o que hoje chamamos de tijolo de cerâmica e "vriesche" é forma acorruptelada de "fries", ou seja, da região da Frísia, no norte das Províncias Unidas. Grifo nosso.

[21] Vara era uma unidade de medida de comprimento antiga, utilizada em vários países até à introdução do sistema métrico, equivalente a 2,96 metros aproximadamente.

algumas controvérsias que abaixo se examina.

O DIQUE DOS HOLANDESES NO PLANO DE 1624

Uma recorrente controvérsia historiográfica acerca da formação da malha urbana da cidade de Salvador está na construção de um dique pelos holandeses no ano em que ocuparam a capital. Assinalada desde o século XIX, o "dique dos holandeses" assumiu o *status* de uma lenda, ora confundida com o dique do Tororó, ora refutada, como, por exemplo, pelo historiador Cid Teixeira, que afirmava ser mesmo uma lenda em razão de que os holandeses não tiveram tempo hábil para executar obra de engenharia hidráulica de maior envergadura.

O rio das Tripas, contudo, é bem conhecido aos historiadores, apesar de não ser visível ao presente, por correr subterrâneo. Foi fundamental para a edificação da cidade do Salvador, a partir de 1549. De acordo com o engenheiro e historiador Teodoro Sampaio, a capital

> Do lado de Leste fazia de vallado, fundo, rodeando a cidade em boa extensão, a ribeira d'água, hoje chamada Rio das Tripas, com suas margens encharcadas, onde os moradores iam fazendo as suas hortas. Era toda a defesa com que se podia contar nesse último quartel do século XVI. [...] Do lado de terra, as ribanceiras fortemente inclinadas sobre a baixada húmida onde corre a ribeira d'água (atual Rio das Tripas), davam para facilitar a defesa, correndo-se os muros quase que a um nível certo, com razoável desenvolvimento.[22]

[22] SAMPAIO, Teodoro. História da fundação da cidade do Salvador: obra póstuma. Salvador: Tip. Beneditina, 1949, pp. 273 e 292.

A "lenda do dique" resvala em alguns cronistas que testemunharam a conquista de Salvador, mas não havia segurança nas suas afirmações. O franciscano frei Vicente do Salvador, por exemplo, atribui a construção do dique a iniciativa do Albert Schouten. De acordo com o referido cronista, então preso pelos holandeses quando retornava de uma viagem ao Rio de Janeiro, após a morte de Johan van Dort

> se leu a via do sucessor, que era Alberto Escutis, (...) e lido o papel se fez pergunta aos capitães e soldados se o reconheciam por seu coronel, e governador, para lhe obedecerem em tudo o que lhes mandasse, e respondido que sim os despediu, feitas suas cortesias, e se recolheu com os do Conselho, e alguns, e porque de todo os portugueses perdessem as esperanças de poderem recuperar a cidade, **a cercou, e fortificou por todas as partes represando o ribeiro, que corre ao longo dela pela banda da terra, com que cresceu a água sobre as hortas, que por ali havia, muitos palmos**, e assim por esta banda como pela do mar fez muitos baluartes, e fortes de artilharia.[23]

Uma carta do jesuíta Domingos Coelho, também aprisionado pelos holandeses, datada de 24 de outubro de 1624, também registra o início das obras de contenção do rio das Tripas:

> aproveitando-se de um grande vale, que a Cidade tem da parte do Leste, de uma água que por ele corria, a represou de modo que a fez subir tão alto, que alagou as cercas de

[23] SALVADOR, Frei Vicente do Salvador. História do Brasil (1500-1627). São Paulo: Weisflog, 1918, p.

> São Francisco e de São Bento, que daquela parte estão, com serem seus muros mui altos, e destruiu umas casas que aí estavam. trincheiras, que de novo fez [...] que cercou quási toda em contorno, com muitas e formosas peças de bronze, que me afirmaram passavam de cinquenta, com o que fica tão forte que será dificultoso tomar-se.[24]

Há, contudo, a informação do militar napolitano Giovani Vicencio San Feliche, Conde de Bagnuoli, conseguida com um *predikant* neerlandês em Salvador e posta em relato inédito conservado na Biblioteca Nacional de España, em Madrid, de que os neerlandeses trouxeram dois engenheiros, a quem, por diligência de Johan van Dort, foram ordenadas as obras de fortificação, incluindo as duas eclusas para represamento do Rio das Tripas:

> Acavado El Saco hiço el d[ic]ho coronel [van Dort] el aloxamiento / Repartiendo las companias asi en los quarteles como / en los puestos de la Muralla dando orden a **dos Ingenieros, que tenian, que fortificasen la plaza / con un nuevo Reçinto y que se hiçiese con fortificaçion / Real como lo hicieron, haçiendo dos Diques con / dos inclusas entre san vento y del carmen**, para detener / una ag⊠a; que pasa para quella parte la qual aunque / no sea de mucha cantidad todavia en un poco / de tiempo, se junto de manera que vino a haçer / fosos muy profundos [...][25]

[24] LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro; Lisboa: INL; Portugália, 1945, Vol. V, p. 46.

[25] Biblioteca Nacional de España. BDH000006520. "Discurso Y Relaçion sobre la Inpresa de la Vaya de San Salvador del Brasil, hecho por el Governador Juan Vicençio San Feliche". In: Sucesos del año 1625, Fl. 333v

Um desses engenheiros, ao presente, pudemos identificar como o capitão Joos Coeck. O segundo engenheiro, considerando a afirmação do Conde de Bagnuoli, permanece anônimo.

O ***Gront teijckeninge van de stadt BAHIA in Brasilien*** é a chave que permite compreender definitivamente a "lenda do dique dos holandeses", que definiria os rumos da malha urbana na Cidade alta até meados do século XVIII. A planta do engenheiro Joos Coeck confirma que a ordem para a construção do dique partiu de van Dort, ainda que não ele tivesse sobrevivido tempo suficiente para a execução da mesma. Schouten apenas iniciou o que já estava encaminhado pelo seu antecessor. O mapa mostra o rio das Tripas e identifica as nascentes na atual ladeira da Barroquinha (que começa na atual Praça Castro Alves) e da Barroquinha (que drenava as águas de São Bento e da ladeira das Hortas e da rua do Castanheda), acho que tem o número 13 no mapa, e depois o seu trajeto, passando pela praça dos Veteranos (ainda o n.º 13) e circundando a cidade, onde deveria ter mais nascentes, pois de ambos os lados existem encostas íngremes, que naquela época cobertas com a vegetação.

O nome rio das Tripas tem essa denominação em razão de ser o local onde se descartava as vísceras do gado abatido nas proximidades. Gabriel Soares de Sousa, em 1587, descreve esse trecho da nascente urbe:

> E tornando desse mosteiro [Convento de São Francisco] para a praça pela banda da terra vai a cidade muito bem arruada, com casas de moradores com seus quintais, os quais estão povoados de palmeiras carregadas de cocos e outras de tâmaras, e de laranjeiras e outras árvores de espinho,

> figueiras, romeiras e parreiras, com o que fica muito fresca; a qual cidade **por esta banda da terra está toda cercada com uma ribeira de água, que serve de lavagem e de se regarem algumas hortas**, que ao longo dela estão.[26]

A uso da água como parte de um sistema defensivo é o elemento que une as 80 cartas geográfica no atlas sob custodia do Instituto Flávia Abubakir. No caso de Salvador, não há registro de represamento anterior a 1624. O primeiro dique da Cidade da Bahia foi, assim, iniciativa dos neerlandeses.

A primeira determinação foi aproveitar as fortificações iniciadas pelos neerlandeses entre 1624 e 1625. Em 1624, parte da malha urbana havia sido destruída para bloquear as águas do Rio das Tripas, que nascia próximo aos fundos do Mosteiro de São Bento e cercava a urbe, formando o dique que "assy se conservou desde o tempo dos olandezes, ate agora". [27]

A construção do dique em 1624, represando o rio das Tripas à Oeste do núcleo urbano, entre o Mosteiro de São Bento e o Convento de São Francisco, impulsionou a expansão da cidade no sentido nordeste, em virtude da construção dos quartéis pelos moradores que organizaram a resistência em 1624-1625. O dique funcionaria como óbice a ataques pelas localidades da Palma, Santana, Desterro e Saúde, tanto assim que todas as contraofensivas foram orientadas pela parte

---

[26] SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado Descritivo do Brasil em 1587. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1851, p. 122.

[27] AHU, Bahia. Luis. Fons. Cx. 9. Doc. 1053. [Lisboa, 13.05.1644]. "Sobre a fortificação da cidade da Bahia".

norte, próximo ao Convento do Carmo, e pelo sul através das portas próximas ao Mosteiro São Bento. Na década de 1640, isto acarretou a expansão da malha urbana pela segunda linha de cumeada no desenvolvimento de Salvador, entre o Santo Antonio Além do Carmo e o Barbalho. Essa era oposta primeira linha de cumeada que datava do século XVI, na antiga Vila do Pereira, no perímetro dos bairros da Graça e Vitória.

Outra junta chefiada pelo Marquês de Montalvão, com a participação de Stafford, determinou a recuperação dos baluartes que haviam sido criados pelos neerlandeses e a criação de mais três, a saber, nas portas de São Bento, do Carmo e outro sobre o dique, sendo este último concluído em 1641. Outra linha de baluartes deveria ser construída além da linha do dique, mas a prioridade "hera fortificar a Cidade, e Conservar o Dique". [28]

O sistema defensivo de Salvador ficou mais eficiente com o reaproveitamento do dique construído pelos neerlandeses. O dique era delimitado por uma ponte/eclusa, localizada onde atualmente está a ladeira da Igreja de Santana, visto que essa é inteiramente artificial. Tanto ao lado esquerdo quanto ao direito dessa ladeira o nível da rua permanece o mesmo da antiga Rua da Vala, atual Baixa dos Sapateiros. Essa língua de terra que demarca a ladeira de Santana resultou de um aterro feito para nivelar o atual Campo da Pólvora. Da Barroquinha até esse ponto, a água do rio das Tripas foi represada inundando

[28] AHU, Bahia. Luis. Fons. Cx. 9. Doc. 1053. [Lisboa, 13.05.1644]. "Sobre a fortificação da cidade da Bahia". O sistema de aquedutos para garantir o abastecimento da cidade, em caso de sítio, nunca saiu do papel.

toda a região da atual Barroquinha até os fundos do Convento de São Francisco. Isto pode ser comprovado por um registro do Capitão Gonçalo de Morga que, em 1636, afirmou existir uma "horta e casario que parte com os muros do Mosteiro de S. Francisco, como se verá nas partilhas, a qual pela entrada do inimigo [em 1624] se destruiu e derrubou pelos mesmos holandeses e ficou raso, fazendo trincheiras e dique sobre elas". [29]

A represa original, conforme indicado acima, se estendia da sua nascente, por trás do Mosteiro de São Bento, próximo a Barroquinha, até uma barreira artificial, perpendicular à cidade, que ligava os fundos do convento franciscano ao topo da atual ladeira de Santana.

Fig. 4 – Inserir informação da fotografia

[29] Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Livro I do Tombo, fls. 72-85v, [Bahia, 21.04.1636].

Em julho de 1625, de acordo com o mercenário Johann Gregor Aldenburgk, "as nossas fortificações foram arrasadas, o dique arrombado" por ordem de D. Fradique de Toledo.[30] O dique, contudo, seria refeito, com o mesmo objetivo estratégico, cerca de uma década após a conquista de Pernambuco pela Companhia das Índias em 1630, que impôs à Bahia uma contínua guerra defensiva.[31]

O DIQUE APÓS 1640 E A EVOLUÇÃO DA MALHA URBANA

O plano de represamento do dique de 1624 foi reaproveitado pelo matemático jesuíta Inácio Stafford, conselheiro do Marquês de Montalvão, vice-rei do Brasil, entre 1639 e 1641. É muito possivelmente por consulta ao jesuíta inglês, que D. Jorge Mascarenhas redigiu os oito apontamentos registrados no papel *Discurso sobre a conveniência de se fortificar a cidade da Bahia capital do Brazil*.[32] O projeto Stafford não ficou apenas no papel, visto que em consulta ao Conselho Ultramarino, o próprio Montalvão afirmou a participação do "Padre da Companhia Estaforte, que levou por engenheiro" nas obras de fortificação da cidade. [33] Stafford se reuniu com outros dois

---

[30] ALDENBURGK, Johann Gregor. Relação da Conquista e Perda da Cidade do Salvador pelos Holandeses em 1624. [1627]. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1961, p. 218.

[31] MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. A Guerra Defensiva na Capitania da Bahia (1625-1654). Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, v. 69, p. 87-161, 2016.

[32] MASCARENHAS, Jorge de. Discurso sobre a conveniência de se fortificar a cidade da Bahia, capital do Brazil. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LVI, Parte I, 1893, pp. 77-83.

[33] AHU, Bahia. Luis. Fons. Cx. 9. Doc. 1053. [Lisboa, 13.05.1644]. "Sobre a

engenheiros, um anônimo que, vindo do Rio da Prata, estava de passagem pela Bahia para seguir em direção a Espanha, e o Tenente de Mestre de Campo Pinheiro.

De acordo com *Discurso sobre a conveniência de se fortificar a cidade da Bahia*, a partir de uma planta do engenheiro João Coutinho, o perímetro das linhas de defesa seria ampliado. Em segundo lugar, os montes que cercavam a cidade estavam a padrasto de todas as fortificações, sendo necessário construir um forte na eminência do Barbalho para impedir que o inimigo bloqueasse as linhas de condução de gados e mantimentos para a cidade. Outro forte deveria ser construído em Itapuã, mas as 13 léguas de extensão da Barra da Bahia eram indefensáveis para a artilharia em terra e continuaria vulnerável, mesmo se construísse nesse local uma fortaleza. Mais um forte deveria ser construído em Paraúnas para que, com o de Santo Antonio, efetivasse uma estratégia de fogo cruzado para dificultar o desembarque inimigo em Itaparica. Em terceiro, a autonomia das vilas do Recôncavo deveria ser ampliada, criando lotação de gente auxiliar e companhias de cavalo, sendo que já havia duas com cinquenta cavalos cada, para que seus habitantes se defendessem.

No quarto ponto, a influência do matemático Inácio Stafford é mais perceptível. O autor afirma que a cidade estava cercada por diques que a rodeavam pela parte da terra, "quase todos vazios e com as eclusas arruinadas". Caso um ataque se desse pelas praias do Rio Vermelho, os neerlandeses poderiam esvaziar facilmente estes peque-

---

fortificação da cidade da Bahia".

nos diques e deixar a cidade vulnerável a uma ofensiva por terra. Na parte baixa da urbe, os trapiches poderiam servir de fortalezas por comportar artilharia, mas toda a extensão de praias entre o Rio Vermelho e Itapuã ficava desguarnecida. Uma linha de trincheiras altas que cingia a cidade até o mar, com 1500 braças de circuito, estava desbarata, mas poderia ser consertada.

O quinto ponto afirma que, com a cidade fechada pelos diques, contra inimigos por terra e mar, seria necessário um sistema de condução de água para os moradores e as embarcações, mantendo a cidade abastecida em caso de novo cerco. Este projeto custaria doze mil cruzados, que poderiam ser conseguidos vendendo terrenos da marinha.

O dique refeito no governo do Marquês de Montalvão, reforçava as defesas de Salvador por terra, mas ocasionou um problema de saúde pública. Construções de represas e diques próximos a vilas e cidades são comuns na Europa, mas manter a água estacionada nos trópicos resultou em uma epidemia. Um surto epidêmico, possivelmente de malária, grassou os moradores de Salvador no verão entre 1641 e 1642, por isso Montalvão acusou no Conselho Ultramarino, em 1642, que a Junta de Governo "esgotou o Dique, com pretexto de que faria dano a saude de poucos moradores que estão mais vizinhos a elle". [34] O dique foi esvaziado pela segunda vez.

Decerto, já não eram poucos os moradores que ocupavam o en-

[34] Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Bahia, Catálogo Luísa da Fonseca. Cx. 9. Doc. 1053. Lisboa, 7/5/1644. "Sobre a fortificação da cidade da Bahia"

torno do dique, visto que a maior parte dos retirados de Pernambuco foi assentada próximo ao Mosteiro de São Bento, na extremidade sul do manancial. O tom rancoroso das palavras de Montalvão demonstrou seu ressentimento por ter sido substituído pela junta governativa tripartite encabeçada pelo Bispo D. Pedro da Silva de Sampaio na direção do Governo do Brasil. O fato é que, apesar de não existir no século XVII as noções mais elementares de epidemiologia, não tardou para se perceber que, quanto mais próximos ao dique viviam os habitantes, mais facilmente adoeciam, levando o governo a esvaziá-lo.

O parecer do Conselho Ultramarino, então chefiado pelo próprio Marquês de Montalvão, inimigo do Bispo que o depôs do governo, foi de que o esvaziamento do dique era "h□a couza muito indigna de se fazer em tempo que mais necessitamos de toda a fortificação e segurança daquella praça". Assim, o Conselho recomendou que o monarca ordenasse ao novo Governador, Antonio Teles da Silva (1642-1647), que "ponha o Dique no estado em que estava, e o melhore sendo possível".[35]

Antonio Teles da Silva afirmou que o surto epidêmico afetou muitos africanos, aumentando a taxa de mortalidade a ponto de ameaçar a produção de açúcar no Recôncavo.[36] O mesmo governador, não obstante, ordenou que fossem retomadas as obras do dique, mas

[35] Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Bahia, Catálogo Luísa da Fonseca. Cx. 9. Doc. 1053. Lisboa, 07.05.1644. "Sobre a fortificação da cidade da Bahia".

[36] Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Bahia, Catálogo Luísa da Fonseca. Cx. 8. Doc. 975. Lisboa, 22.09.1642. "Carta de Antonio Teles da Silva para sua Magestade sobre a falta de escravos."

para evitar novas epidemias e torná-lo mais eficaz, resolveu ampliar o circuito da represa. O dique foi aumentado ao longo de todo o perímetro urbano da Porta Sul da Cidade, também conhecida por Porta de Santa Luzia, próxima ao Mosteiro de São Bento, à Porta Norte junto ao Convento de Nossa Senhora do Carmo. Apenas a recém-criada freguesia de Santo Antonio Além do Carmo permaneceu fora do alcance do dique.

O prolongamento da barreira fluvial, não obstante, causou transtornos às propriedades dos carmelitas que representaram ao governo em Portugal os inconvenientes causados pela água. Em 1658, após os neerlandeses serem expulsos do Brasil, coube ao Desembargador Luís Salema de Carvalho investigar as queixas dos frades carmelitas. Através da sua diligência, o desembargador concluiu que:

> os Olandeses quando tomarão esta Cidade fiserão um Dique iunto a ella que corria pella cerca dos Relligiosos de sam francisco E vindo governar este Estado Antonio Telles da silua fes com grande conselho outro Dique mais afastado E mais alcantilado E largo E de grande defensa; Este passa pella cerca dos Relligiosos do Carmo E o piqueno que estava feito de antes se vasou E os moradores tornaram a cultiuar suas terras E ortas. O grande he o que oje passa pella terra que esta do lavor da orta dos padres impetrátes E asim Esta terra como algumas arvores de espinho que tinhão nella estam cubertas de agua ficando lhe o mais da serca livre. [37]

[37] Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Bahia, Catálogo Luísa da Fonseca. Cx. 15. Doc. 1727. Bahia, 6.6.1658. "Informação sobre as perdas que o Dique deu aos padres do Carmo daquella Cidade".

A extensão alcançada pelo dique durante as obras do governo Antonio Teles da Silva, executadas entre 1644 e 1647, meados da segunda metade do século XVII, visto que na planta da cidade do Salvador desenhada por Amédée-François Freziér, em 1716, o represamento do Rio das Tripas era contínuo até os fundos do Convento do Carmo, onde hoje está o Taboão. Aqui surge uma questão. A planta de Salvador desenhada pelo engenheiro Jean Massé (c. 1715), com posterior notas de Luís dos Santos Vilhena, indica uma ligação entre o rio das Tripas, "Pantano que algum dia fortificava s Cidade e hoje a infesta por ficar dentro", e o Dique Grande, atual dique do Tororó.

O cronista franciscano Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão (1759), escrevendo sobre o dique dos holandeses em 1759, confirma que era, naquele período, apenas um brejo. Jaboatão identifica os locais que limitavam o dique dos holandeses, assinalando de acordo com a malha urbana do século XVIII. Segundo o franciscano, em 1624 os invasores fizeram "tres grandes represas ou Diques (...). Hum destes eram abayxo do Carmo, e com elle reprezavão as aquellas bayxas athe assima da que chamão quinta do Maciel. Outro abaixo do Convento [de São Francisco], enttulhando hum estreito, que fica entre a Rua de S. Miguel, e a que sobre, e de diz da Poeyra". Por fim, "O terceyro para São Bento, com outro entulho entre a descida da Palma e a Rua, que sobe para a cadeya". Nesse período o rio das Tripas começou a se canalizado, posto que "No baixo, e meyo deste vem entrar um cano de tijollo, e abobeda pelo qual corre a agoa por mais se sincoenta passos, começando este já bem pegado ao muro, a par da qual vay a estrada

ou Rua pela frontaria da nova Igreja de S. Anna".[38]

O dique dos holandeses, que em meados do século XVIII dividia a Cidade alta em duas partes, tornou-se um estorvo no interior da primitiva malha urbana. Ficou cada vez mais insalubre na medida em que, com o aumento da população, servia como local de descarte dos dejetos de toda a cidade. Por volta de 1800, o professor Vilhena afirmava que os charcos do rio das Tripas, "todo desalagado e a maior parte dele povoado de hortas", durante o verão "evapora eflúvios, que infeccionam a cidade, motivando sezões e febres mortais".[39] Em nota a planta de Massé, Vilhena assinala o "Dique com que os Holandezes a havião guarnecido pella parte da Campanha, o que tudo se acha hoje destruído".

Observa-se que, no século XIX, a despeito da planta setecentista de Jean Massé, não havia ligação entre o rio das Tripas e o Dique Grande, atual Tororó, posto que drenavam por entre vales distintos, apesar de convergirem próximo ao rio Vermelho, chamado pelos índios de Urucaia, hoje com a corruptela de Lucaia. A atual rua Djalma Dutra, possuía o nome de Sangradouro, que significa local por onde se faz derivar parte de uma corrente de água ou canal natural que liga dois rios, dois lagos ou um rio e uma lagoa. A planta de Augusto Weyll (1855), contudo, não mostra a existência de uma ligação, apesar de indicar o "Sangradero". O nível d'água do Dique não permitia que as

---

[38] *JABOATÃO, Santa Maria. Novo Orbe Seráfico Brasilico. Rio de Janeiro: Typ. de Maximiliano, 1858, T. I, Liv. 1. p. 63-67.*

[39] VILHENA, Luis dos Santos. A Bahia no Século XVII. Salvador: Itapuã, 1968, Vol. 1, p. 163.

águas pudessem fluir para o rio das Tripas, a não ser, talvez, quando houvesse grandes enchentes.

Nas primeiras décadas do século XIX, o rio das Tripas tonou-se um problema de Saúde Pública, que precisava ser resolvido. Há uma descrição do seu trajeto em 1845, quando o governo pretendia construir um cano de escoamento da Cidade Alta para o Rio das Tripas:

> O rio das Tripas he um valle profundo, que tendo a sua origem entre São Bento e Palma, separa a Cidade alta em duas partes, seguindo entre S. Francisco e Santa Anna na direção Este, corta depois à Norte aproximando-se muito do Rozario e Carmo, e por consequencia à muito pequena distancia do mar por este lado; volta outra vez à Este e vai metter-se no Rio Camarogipe, depois no Vermelho por entre o Campo do Barbalho, e as montanhas que sustentam o Dique, saindo na costa do mar por um longo trajecto ao Sul da Cidade. He pois uma necessidade dar forma regular a esta grande valla, mettida no centro da povoação, para evitar o que hoje succede; de estar todo este longo curso do Rio reduzido a um charco de immundicies. Seria mesmo mais conveniente dar-lhe prompta sahida ao mar por meio de uma boa galeria subterranea entre o Rozario e Carmo pelo lugar chamado - Baixa dos Sapateiros - com grande vantagem no escoamento pelo seo mais rapido declive, e deixando o resto do Rio das Tripas para ser melhorado quando o terreno adjacente se torna mais habitado.[40]

[40] Falla dirigida a Assembléa Legislativa Provincial da Bahia, na Abertura da Sessão Ordinaria do Anno de 1845, pelo Presidente da Provincia. Bahia: Typographia de Galdino Jose Bizerra e Companhia, 1845, p. 43.

O rio das Tripas foi gradualmente coberto no século XIX. O mapa de Augusto Weyll, de 1855, registra parte desse trabalho de canalização das suas águas, ao mesmo tempo em que mostra outro dique, maior, obra do governo-geral: o Dique do Tororó, com o que pode ser um sistema de eclusas no rio Lucaia.[41]

Encerrada a controvérsia sobre o dique dos holandeses. O ***Plano da Cidade da Bahia no Brasil***, excepcional representação da capital colonial em 1624, expande a possibilidade de maior compreensão sobre a ocupação de Salvador e do seu desenvolvimento urbano. Supera, na riqueza de detalhes, inclusive com o registro de parte do sistema hídrico da cidade, a *Planta da Restituiçam da Bahia*, de João Teixeira Albernaz. O estudo do engenheiro militar Joos Coecke, notável achado para a história da cartografia brasílica, apenas começou a ser compreendido.

[41] WEYLL, Augusto. Mappa Topgraphica da Cidade de S. Salvador e seus suburbios levantada e dedicada a Illustre Assemblea Provincial por Carlos Augusto Weyll e publicada por Ferd. Glocker. Impressa em Stuttgart: Por Fr. Malte, 1855.

Fig. 5 – WEYLL, Augusto. *Mappa Topgraphica da Cidade de S. Salvador.* Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Círculos mostram, 230 anos depois, a região representada no Plano da Cidade da Bahia.